

CORREIO BASTIDORES

Reprodução/Redes Sociais



Prédio do Jockey, usado na quitação de dívida

MP decide avaliar acordo da prefeitura do Rio com Jockey

O Ministério Público do Rio de Janeiro requereu vista do processo judicial em que a Prefeitura do Rio aceitou zerar a dívida de ISS do Jockey Club por um valor equivalente a 14,3% de seu valor. O MP quer analisar melhor “os termos da transação”. Como revelou a Coluna Magnavita, a dívida tributária do clube chegava a R\$ 1,990 bilhão. Mas a prefeitura, que acionara a Justiça para receber o pagamento, fechou acordo por R\$ 284,655 milhões - a maior parte do valor será quitada com a transferência, para o município, de um prédio do Jockey no centro da cidade, avaliado em R\$ 241 milhões.

Requerimento de vista

O MP informou que o requerimento de vista “não implica qualquer juízo de valor acerca da execução ou da transação”. O acordo foi fechado no último dia 18, dois dias antes de Eduardo Paes (PSD) deixar a prefeitura para se candidatar ao governo do estado. A homologação do trato foi feita no dia seguinte pela juíza Katia Cristina Nascentes Torres, da 12a Vara de Fazenda Pública, e arquivado no dia 10 de abril.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senador, hoje, está indo bem nas pesquisas

Flávio busca alianças com Centrão

O pré-candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) intensificou as articulações para firmar uma aliança com partidos do centrão e está próximo de garantir o apoio da federação União Progressista, composta por União Brasil e PP, desde que mantenha um discurso moderado e limita a influência de setores mais radicais do bolsonarismo em sua campanha, algo que vem adotando desde o início da pré-candidatura. Aliados de Flávio avaliam que o acordo tende a ocorrer naturalmente caso ele mantenha crescimento nas pesquisas.

Discurso moderado será a condicional

A exigência por moderação reflete a disputa interna no campo da direita, com partidos do centrão buscando ampliar seu espaço e reduzir a influência de alas mais radicais. Segundo interlocutores, as conversas entre as siglas têm sido frequentes e incluem também negociações sobre candidaturas nos estados. A expectativa é que a aliança seja formalizada até o fim de maio, prazo considerado necessário para resolver pendências regionais, avaliar a consistência do discurso do senador e, sobretudo, suas chances eleitorais.

Caiado em Goiás

Ser Caiado e nascer em Goiás pode ser um bom negócio. Ainda mais se for parente de Ronaldo Caiado. O ex-governador deixou o cargo em 31 de março, mas deixou, pelo menos dez parentes em funções comissionadas na estrutura do estado. No total, há cerca de 50 pessoas com o sobrenome Caiado na folha de pagamento referente ao mês de março.

Remunerações

Somadas as remunerações, o grupo ultrapassa R\$ 650 mil mensais. A lista inclui servidores aposentados, reformados, efetivos, temporários, pensionistas e ocupantes de cargos comissionados. Se forem considerados também familiares com outros sobrenomes, o número pode ser ainda maior.

Parentescos

Há casos de uma prima que atua como chefe de gabinete na Secretaria de Esporte e Lazer, outro que exerce função de assessoria especial na área de Desenvolvimento Social, além de um conselheiro vinculado à área tributária e um chefe de gabinete na Secretaria de Administração.

STJ

Os magistrados Superior Tribunal de Justiça (STJ) receberam o relatório da sindicância interna aberta para apurar as acusações envolvendo o ministro Marco Buzzi. A conclusão foi pela abertura de um processo administrativo disciplinar contra Buzzi. A expectativa é que, na sessão de terça-feira (14), o tribunal confirme oficialmente a instauração do procedimento.

Processo disciplinar

Nos bastidores, alguns ministros observam que uma mesma conduta pode configurar infração administrativa sem necessariamente constituir crime, mas o inverso não seria possível. Também avaliam que um arquivamento precoce poderia gerar constrangimento institucional caso haja eventual condenação futura pelo STF.

Denúncias

As denúncias envolvem dois episódios de natureza sexual. A primeira foi feita por uma jovem que o acusa de agressão durante um banho de mar em Santa Catarina. A segunda parte de uma ex-funcionária terceirizada, que afirma ter sido vítima de assédio em diferentes ambientes do gabinete, com impacto em sua saúde física e mental.



Sabatina aconteceu na Comissão de Finanças e Tributação

Câmara vota novo ministro do TCU nesta terça-feira

Indicado seguirá para Senado. Sete deputados disputam a vaga

Gabriela Gallo

O plenário da Câmara dos Deputados vota nesta terça-feira (14) quem será o novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A sabatina dos sete indicados para a vaga foi realizada nesta segunda-feira (13) pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara, que aprovou por unanimidade (37 votos favoráveis) o parecer do relator, deputado Emanuel Pinheiro Neto (PSD-MT), que defendeu que todos os indicados têm condições de assumir a vaga do TCU.

A votação no plenário é secreta e o nome mais votado entrará no lugar do ministro Aroldo Cedraz, que se aposentou em 26 de fevereiro ao completar 75 anos. O candidato mais votado seguirá para nova sabatina e votação no Senado Federal.

Os candidatos são Adriana Ventura (Novo-SP), indicada pelo Novo; Danilo Forte (PP-CE), indicado pela Federação PSDB/Cidadania; Elmar Nascimento (União-BA), indicado pelo União Brasil; Gilson Daniel (Pode-ES), indicado pelo Podemos; Hugo Leal (PSD-RJ), indicado pelo PSD; Soraya Santos (PL-RJ), indicada pelo PL; e Odair Cunha (PT-MG), indicado pelo MDB, PT, PDT, PCdoB, PSB, Republicanos, Solidariedade, PRD, PP, PV e Psol.

Odair Cunha também conta com o apoio do presidente

da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Em 2024, durante sua campanha para a presidência da Casa, Motta firmou acordo com o PT de que apoiaria o nome de Cunha para o TCU em troca do apoio do partido para sua candidatura no comando da Mesa Diretora.

O Tribunal de Contas da União é composto por nove ministros. Destes, três são escolhidos pelo Presidente da República (sendo um auditor do TCU, um membro do Ministério Público e um por escolha do presidente), e seis são escolhidos pelo Congresso Nacional (três pelo Senado e três pela Câmara).

Durante a sabatina, os sete indicados responderam a questionamentos sobre responsabilidade fiscal como transparência orçamentária, a opinião dos indicados sobre o pagamento de emendas parlamentares e o cumprimento do teto remuneratório no cargo.

Sobre o tópico das emendas parlamentares, os indicados defenderam que o repasse é importante para garantir autonomia ao Parlamento. “Nós não podemos criminalizar a indicação das emendas. Não há necessariamente um vínculo entre o desvio na ponta e aquele que indica”, disse Odair Cunha.

Na mesma linha, Elmar Nascimento criticou o termo “orçamento secreto”, tal como o teor negativo que ele carrega.